

LITERATURA DE EXPRESSÃO FEMININA À SOMBRA DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DE *A CHAVE DE CASA*

Janaína Buchweitz e Silva¹

RESUMO: O romance *A chave de casa*, publicado em 2007, problematiza o tema da violência partindo de diferentes vertentes, dentre elas a questão da violência contra a mulher e as violências oriundas da opressão imposta pelo regime ditatorial brasileiro. Partindo de referencial teórico proposto por autores como Figueiredo (2013, 2017 e 2019), Bourdieu (2019), Sarlo (2007) e Woolf (2014), é ressaltada a reconstituição do período ditatorial brasileiro a partir da geração descendente, que nos apresenta ainda a especificidade de um olhar feminino deste importante período histórico. Nesse sentido, busca-se uma aproximação entre as diferentes formas de violência abordadas, em um texto que se apresenta como alternativa ao discurso oficial, e em que a escrita atua como forma de combate ao silenciamento.

PALAVRAS-CHAVE: literatura brasileira contemporânea; violência; autoria feminina; ditadura; *A chave de casa*.

ABSTRACT: The novel *A chave de casa*, published in 2007, problematizes the theme of violence from different perspectives, among them the issue of violence against women and the violence arising from the oppression imposed by the Brazilian dictatorial regime. Starting from the theoretical framework proposed by authors such as Figueiredo (2013, 2017 and 2019), Bourdieu (2019), Sarlo (2007) and Woolf (2014), the reconstitution of the Brazilian dictatorial period from the descending generation is highlighted, which also presents us with the specificity of a female look at this important historical period. In this sense, an approximation is sought between the different forms of violence addressed, in a text that presents itself as an alternative to the official discourse, and in which writing acts as a way of combating silencing.

Keyword: contemporary Brazilian literature; violence; female authorship; dictatorship; *A chave de casa*.

INTRODUÇÃO

A literatura de expressão feminina busca a democratização da literatura, ao oportunizar que vozes outrora silenciadas e apagadas possam problematizar as temáticas que lhe são pertinentes, partindo de suas próprias vozes. Das diversas desigualdades e dificuldades que ainda acometem as mulheres na contemporaneidade, a questão da violência segue sendo bastante pertinente, e sua abordagem no campo literário opera como forma de combate e denúncia às diferentes formas de opressão ainda vivenciadas pelas mulheres. No romance *A chave de casa*, publicado em 2007 por Tatiana Salem Levy, a autora problematiza o tema da violência, além de abordar um dos momentos mais repressivos da história do Brasil, que foi a

¹ Graduada em Letras- Habilitação em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola pela Universidade Federal de Pelotas (2002). Especialista em Língua Espanhola (UCPel - 2004), Especialista em Educação (UFPeI - 2009), e Especialista em Educação para a Diversidade (UFRGS - 2014). Mestra em Letras - Área de Literatura Comparada (UFPeI - 2017). Graduada em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela ULBRA Canoas (2019). Doutoranda em Letras na UFPeI

ditadura militar, nos apresentando o relato da geração que descendeu do período de exceção e que herdou as agruras de um tempo violento que ainda reverberam no tempo presente.

A reconstituição do período ditatorial brasileiro pela geração descendente e feminina

Em *A chave de casa*, a narradora se expressa como se a escrita fosse sua forma de libertação, buscando a superação de diversos traumas: “Quem sabe aos poucos, quando conseguir dar os primeiros passos, quando conseguir me libertar do fardo, não consiga também dar nome às coisas? E por isso, só por isso escrevo.” (LEVY, 2008, p.10). Outrossim, a narradora rememora frequentemente o passado de sua família também através da figura do avô, imigrante turco que veio para o Brasil, observando-se com isso a preponderância do tema do exílio, já que também a narradora, duas gerações depois, nasceu em um contexto de exílio, este porém oriundo da ditadura civil militar brasileira que se iniciou em 1964 e perdurou até 1985:

Nasci no exílio. Em Portugal, de onde séculos antes a minha família havia sido expulsa por ser judia. Em Portugal, que acolheu meus pais, expulsos do Brasil por serem comunistas. Demos a volta, fechamos o ciclo: de Portugal para a Turquia, da Turquia para o Brasil, do Brasil novamente para Portugal. Não teria sido menos penoso, menos amargo, se não tivéssemos sido obrigados a fazer esse longo percurso? Por que tivemos de sair de um lugar para voltar a ele? (LEVY, 2008, p.24).

Eurídice Figueiredo (2017), ao pesquisar a produção literária produzida sobre o período ditatorial brasileiro, argumenta que, de maneira geral, a maior parte dos textos que tematizam a ditadura seguem sendo produzidos por autores e autoras que vivenciaram os anos de chumbo, sendo que aqueles que os descenderam também abordam o regime em suas produções literárias, porém de maneira pouco recorrente. Em publicação intitulada *A literatura como arquivo da ditadura*, a pesquisadora divide a produção literária produzida sobre a ditadura brasileira em três períodos: o primeiro de 1964 a 1979, o segundo de 1980 a 2000, e o terceiro a partir dos anos 2000. No entendimento da pesquisadora, a abordagem do primeiro período seria “ora prospectiva e utópica, ora distópica diante do fracasso dos projetos revolucionários” (FIGUEIREDO, 2017, p.47), já o segundo período seria primordialmente marcado pelos relatos autobiográficos de ex-presos políticos exilados. Sobre o terceiro período, do qual a obra em análise faz parte, Figueiredo salienta que:

é retrospectivo, aborda o passado de pessoas reais ou fictícias, utilizando a forma do romance para transmutar o vivido através de um trato mais literário. Nas publicações dos anos 2000 percebe-se maior depuração mesmo ao tratar do trauma dos

desaparecidos. Embora em quase todos os romances, independentemente do período considerado, a tônica seja a denúncia da tortura e do desaparecimento de militantes, as estratégias narrativas variam. Elas vão de descrições realistas até fantásticas, passando pelo uso da hipérbole, da ironia, do sarcasmo e da sátira. Em alguns relatos autobiográficos e até mesmo em romances há descrições da tortura, cuja leitura pode ser insuportável, não obstante sua necessidade como parte do testemunho. Alguns romances são impregnados de melancolia, pelas vidas perdidas, pelos esforços desperdiçados. (FIGUEIREDO, 2017, p.48).

Resumindo, a pesquisadora aponta para a grande multiplicidade e heterogeneidade presente nos textos analisados, destacando o ano de 2014, que foi marcado por grande número de lançamentos de produções literárias, muito provavelmente devido ao cinquentenário do golpe militar. Também Perlatto (2017), ao analisar as produções literárias e historiográficas que foram lançadas no contexto do cinquentenário do golpe militar de 1964, constatou que as referidas produções apontam para uma compreensão mais complexa e multifacetada de diferentes aspectos da ditadura, entendendo que o cinquentenário do golpe militar contribuiu para a intensificação dos discursos de memória, ocasionando no surgimento de novos olhares, perspectivas e leituras sobre o período, no que ele denomina de um contexto de rememoração propiciado pela efeméride. Para Figueiredo, a maioria dos autores e autoras que tematizaram o período da ditadura militar brasileira em seus textos literários produzidos a partir dos anos 2000 não foram vítimas diretas da repressão e de maneira geral não se apresentam como vítimas de tortura, salientando que a grande maioria dos autores eram jovens durante o período da ditadura, e por esse motivo puderam reelaborar o vivido no modo ficcional, mencionando ainda que os escritores das novas gerações, ainda que em pequeno número, tratam o tema como um fantasma que segue a assombrar o país. Com isso, conclui que: “A qualidade de boa parte da produção do período revela que se operou a decantação necessária para que a experiência traumática pudesse se transformar em objeto estético.” (FIGUEIREDO, 2017, p.87).

Já a pesquisadora Kehl (2015) argumenta que aqueles que vivenciam eventos traumáticos, passado um tempo subjetivo marcado por silêncio e estupor, sentem necessidade em escrever e falar, em compartilhar os acontecimentos com o outros. Considerando que o período da ditadura militar brasileira afetou não somente a geração que o vivenciou, mas também os seus descendentes, encontramos publicações de autores e autoras que nasceram durante o regime e que tematizam o período da ditadura brasileira na contemporaneidade, compondo um panorama bastante diversificado, que em alguns textos se volta mais para o referencial, e em outros mais para o ficcional. Em *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* (2012), Liniane Brum testemunha as experiências da família de um desaparecido político, ao reconstituir parte da vida do tio Cilon Brum, um militante político que participou

da Guerrilha do Araguaia e que se tornou mais um dos muitos desaparecidos políticos do regime ditatorial brasileiro. No mesmo ano, Paloma Vidal lançou o romance *Mar azul*, em que a protagonista, em exílio no Brasil, rememora a ditadura argentina e sofre pelos desaparecimentos da amiga e do pai, em virtude do regime de exceção. Em 2014, Adriana Lisboa publicou o romance *Azul corvo*, em que o padrasto da protagonista é um ex-guerrilheiro da região do Araguaia. Já no romance *Mulheres que mordem* (2015), a jovem escritora Beatriz Leal aborda o período a partir dos relatos de tortura sofridos por uma das protagonistas. Em 2020, outra jovem escritora, Anita Deak, publicou o romance *No fundo do oceano, os animais invisíveis*, em que reconstitui a ditadura militar brasileira através de um relato marcado por violência, repressão e clandestinidade, também abordando a Guerrilha do Araguaia.

Conforme a autora de *A chave de casa* frequentemente relata, cresceu ouvindo histórias sobre o período da ditadura no Brasil, assim, subentende-se que as experiências vivenciadas pela família da autora influenciaram a produção da sua narrativa, em especial no que tange a abordagem de questões como a migração forçada e o exílio, temas que também marcaram a geração que descendeu àqueles que vivenciaram os fatos. Sabe-se que a autora nasceu fora do Brasil, já que os pais foram obrigados a buscar exílio em Portugal no final dos anos 70. Assim, o nascimento em meio à ditadura brasileira, com os pais exilados no estrangeiro, bem como a traumática perda da mãe são alguns dados biográficos da autora que foram utilizados para a composição do romance. A seguir, a passagem em que a narradora reconstrói o retorno de seus pais ao Brasil:

A anistia veio em agosto de 79. Um mês depois, ela desembarcou no Galeão junto com uma dezena de exilados políticos. Flashes da maior parte dos jornais e revistas cariocas estavam lá para cobrir a euforia dos que chegavam e dos que recebiam. O bebê que ela carregava não se incomodou com a multidão, nem mesmo se assustou com a quantidade de pessoas que o pegavam no colo. Era como se ele reconhecesse a casa que ainda não conhecia. Quando saiu a aprovação da Lei da Anistia, ela ponderou: não precisamos voltar agora, estamos bem aqui. A revista tem gostado do meu trabalho como correspondente, você tem feito contatos com o partido no mundo inteiro. E a nossa filha ainda é muito pequena, é cedo para viajar de avião, mudar de ambiente. Ele bateu pé: nosso lugar é lá. E é lá que quero fazer a revolução. (LEVY, 2013, p.171)

Com isso, percebe-se que Levy busca reconstituir um momento histórico do Brasil que foi vivido por ela e por sua família, o que ocorre a partir da rememoração oriunda do relato de terceiros, já que não é possível que a autora reconstitua episódios de seu nascimento em contexto de exílio a partir de suas próprias lembranças, visto que no episódio acima narrado a protagonista era apenas um bebê. A autora (que atualmente conta com cerca de quarenta anos de idade) faz parte de uma geração que também sofreu as consequências do regime, como sua

própria narrativa demonstra, ao descrever a situação de nascimento da narradora protagonista, que ocorre fora do Brasil, em uma situação de exílio político. Assim, suas palavras apontam para uma nova forma de narrar a história e a memória do Brasil, já que partem de uma filha da ditadura que recebeu de seus antepassados a herança de um período histórico calcado pelo silenciamento, pelo trauma e pelo esquecimento, e que muitas das vezes ou não foi narrado, ou foi narrado primordialmente por quem exerceu o poder opressor.

No entanto, muitos brasileiros e brasileiras das gerações descendentes desconhecem boa parte desse episódio da história do Brasil, seja porque foram desestimulados a debater sobre o assunto, seja porque existe até os dias de hoje uma espécie de desconforto ao se abordar o tema. Em um período de forte repressão, em que muitos militantes foram perseguidos, calados, sequestrados, torturados e assassinados, a memória que se produziu se desenvolveu na ordem do trauma, e por isso, muitas experiências não puderam ser simbolizadas pela palavra, seja porque nenhuma palavra alcança a dimensão do que foi experienciado, seja porque muitos foram sequestrados ou mortos e por isso não puderam narrar suas histórias. Assim a opção da autora em abordar, na contemporaneidade, o período ditatorial brasileiro, aponta para a tentativa de quebra de silenciamento e apagamento sobre o tema da ditadura brasileira. Nesse sentido, as palavras da autora atuam como forma de denúncia e também de resistência.

Em *Tempo passado*, Beatriz Sarlo (2007) discorre sobre a memória das gerações seguintes àquelas que sofreram ou protagonizaram os acontecimentos, passando assim a examinar o conceito de pós-memória, inicialmente proposto pela teórica Marianne Hirsch para analisar a produção memorialística da geração descendente àquela que vivenciou a Shoah. Destacando a importância do discurso midiático nas sociedades modernas para a formação e constituição da memória, Sarlo apresenta as teorias de Hirsch e Young (1997) para problematizar o tema da pós-memória:

A palavra pós-memória empregada por Hirsch e Young, no caso das vítimas do Holocausto (ou da ditadura argentina, já que se estendeu a esses fatos) descreve o caso dos filhos que reconstituem as experiências dos pais, apoiados nas memórias deles, mas não só nela. A pós-memória, que tem a memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelo sujeito que os reconstitui e, por isso, Young a qualifica como “vicária”. Mas mesmo caso se admita a necessidade da noção de pós-memória para descrever a forma como um passado não vivido, embora muito próximo, chega ao presente, é preciso admitir também que *toda experiência do passado é vicária*, pois implica sujeitos que procuram entender alguma coisa colocando-se, pela imaginação ou pelo conhecimento, no lugar dos que a viveram de fato. Toda narração do passado é uma representação, algo dito *no lugar* de um fato. O vicário não é específico da pós-memória. (Sarlo, 2007, p.93, grifos da autora)

Com isso, afirma que o relato de qualquer pessoa, independente de haver vivenciado ou não um fato, sempre será vicário, já que a narração da experiência sempre será um substitutivo da experiência:

A questão é se a qualidade “pós” diferencia a memória de outras reconstituições. Como se viu, os teóricos da pós-memória argumentam de duas maneiras, oferecendo duas razões para a especificidade da noção. A primeira é que se trata de uma memória vicária e mediada (esse é o argumento central de Young, que tende a considerar como um traço específico aquilo que é próprio do discurso sobre o passado); a segunda é que se trata de uma memória em que estão implicados dois níveis de subjetividade (esse é o argumento central de Hirsch, que tende a acentuar a dimensão biográfica com valor identitário das operações de pós-memória). Ambos coincidem no aspecto fragmentário da pós-memória e o consideram um traço diferencial, *como se os discursos sobre o passado não se definissem também por sua radical incapacidade de reconstituir um todo*. (SARLO, 2007, p.97, grifos meus).

Ao analisar as atitudes das gerações oriundas daqueles que vivenciaram o período da ditadura argentina, a autora opina que os filhos buscaram uma correção política para seus pais, já que:

Os filhos criticaram as opções dos pais e se referiram a esse passado político para superá-lo, não porque se sentissem *diretamente* afetados, mas porque isso fazia parte de uma dimensão pública. A memória devia funcionar como “mestra da política” para que não se repetissem os equívocos da geração anterior, que não foi capaz de entender seu próprio presente. (SARLO, 2007, p.104, grifos da autora)

Desta forma, entende que houve um enfrentamento entre a experiência da geração que vivenciou o período da ditadura e a geração dos seus filhos, e o que se denomina de pós-memória seria “uma correção decidida da memória, e não uma tentativa de reconstituição” (SARLO, 2007, p.104). Passados mais de trinta anos do término da ditadura militar argentina, Sarlo observa que os filhos das gerações que vivenciaram o período “atêm-se igualmente a normas da época, que valorizam a demonstração da subjetividade, reconhecem plena legitimidade a inflexões pessoais e situam a memória em relação a uma identidade não meramente pública.” (SARLO, 2007, p.105). Ao elaborar um apanhado das memórias dos filhos de desaparecidos do período da ditadura argentina, Sarlo salienta o agravamento propiciado pelo silêncio que circunda o tema: “Os filhos desses militantes estão desesperados com a história dos pais, porque ali a fratura não foi só a da ditadura, mas a forma como a fratura se agravou pelo silêncio.” (SARLO, 2007, p.112). Com isso a autora constata que não há uma pós-memória, e sim diferentes formas de memória:

Não há, então, uma “pós-memória”, e sim formas da memória que não podem ser atribuídas diretamente a uma divisão simples entre memória dos que viveram os fatos e memória dos que são seus filhos. É claro que ter vivido um acontecimento e reconstituí-lo através de informações não é a mesma coisa. Mas todo passado seria abordável somente por um exercício de pós-memória, a não ser que se reserve esse termo exclusivamente para o relato (seja ele qual for) da primeira geração depois dos fatos. (SARLO, 2007, p.112-113)

Entende-se que aquele que experienciou um fato ou período histórico vivencia situações que lhe são específicas, inclusive porque cada um interpreta os fatos e reage a eles à sua maneira, de acordo com seus entendimentos e subjetividades. Apoiados em um construto individual, mas também coletivo, surgem discursos que (re)constróem os acontecimentos vividos, e que chegam através da rememoração dos fatos às gerações que lhes sucedem e que são afetadas por eles em maior ou menos grau, de acordo a sua realidade. Conforme destaca Sarlo, os filhos reconstituem as experiências dos pais apoiados nas memórias deles, mas não só nela. No caso de *A chave de casa*, a narradora nos apresenta a reconstituição memorialística de alguns fatos que não foram vividos pelo sujeito que os reconstitui, mas que no entanto a afetaram, posto que a narradora herdou as consequências do período violento e opressor vivenciado por seus pais.

Outras formas de violência, e a temática do corpo da mulher

A obra de Tatiana Salem Levy ultrapassa o tema da ditadura, tendo em vista que a autora se apropria de uma série de situações típicas do universo feminino para trazer à tona questões que permeiam o dia a dia das mulheres na contemporaneidade. A autora, ao ser questionada sobre sua possível escrita feminina ou feminista, contesta que:

Existe um rótulo dentro da literatura que é a da “literatura feminina”. Até há pouco isso era sinônimo de livros “água com açúcar”, mas hoje em dia já se usa também no sentido de uma literatura que aborda questões do universo feminino. Você aceita esse rótulo?

Quando se fala em literatura feminina, está se associando a uma literatura cor-de-rosa, porque quando se diz isso o que se quer dizer é que a literatura pertence aos homens e depois há uma literatura, um subgênero, uma subliteratura, que é a literatura feminina. Então, nesse aspecto, nesse sentido, não aceito para mim.

E literatura feminista?

Literatura feminista!? Olhando para trás, eu diria que sim, porque todos os meus livros são feministas. Todos os meus livros falam de alguma violência contra a mulher e ao mesmo tempo em todos eles eu faço questão de que a mulher se coloque, que as mulheres falem... então é uma coisa de dar voz à mulher. Não é bandeira, mas tem uma pequena política nisso. Acredito muito nisso, não é uma literatura engajada, mas acho que a literatura é sempre política, por que tudo que a gente faz é político, as escolhas que você faz, a voz que você dá. (LEVY apud VIEL, 2020, p.140-141, grifos do autor)

A relação entre a narradora e sua mãe, por exemplo, aborda a especificidade da relação entre mãe e filha, com especial destaque à questão da maternidade. Também a herança familiar é um tema preponderante na narrativa, na medida em que a narradora opta por recordar boa parte de seu passado a partir da ancestralidade familiar, seja na figura do avô que migrou da Turquia para o Brasil, seja através dos pais que foram exilados em Portugal durante o período da ditadura brasileira, quando a autora nasceu, dando ênfase assim aos temas da herança familiar e da memória:

Essa viagem que faço, esse país estranho onde vim parar, tudo isso dói. É bonito, é interessante, é engraçado, mas dói. Essa herança dói. O que trago comigo sem escolha dói. Essa nossa conversa, mãe, também dói. A história de amor que me arrancou a carne dói. A história do meu avô, a sua história, a tortura, o exílio, tudo dói. E, sobretudo, dói falar da dor. Dói escrever esta história. Cada nova palavra que encontro dói. Escrever, mãe, dói imensamente. Dói tanto quanto é necessário. (LEVY, 2013, p.137)

A narradora intercala os diferentes temas abordados ao longo dos capítulos, em que prevalecem a história do avô imigrante, os últimos momentos de seu relacionamento com a mãe, a memória de seus pais sobre o período em que ela nasceu, na ditadura, e seus relacionamentos amorosos. Sobre a elaboração do romance, a autora destaca que “Era como ir expandindo os sentidos daquele corpo e ao mesmo tempo não querer fechar, não querer dar uma resposta. Ia escrevendo desordenadamente, cada dia fazia uma parte. E depois eu fiz como uma montagem de cinema, imprimi, joguei no chão, espalhei e montei.” (LEVY apud VIEL, 2020, p.133).

O tema do corpo ganha destaque ao longo da narrativa: o corpo desejoso e desejado, o corpo materno, o corpo doente, o corpo torturado, o corpo violentado, o corpo exilado e repatriado, sendo que a temática do corpo funciona como uma espécie de elo entre todos os diferentes segmentos da narrativa. Desta forma, são analisadas algumas especificidades do corpo feminino, como a gestação e o aborto, além da temática da violência contra a mulher, que também é salientada ao longo do romance. A seguir, uma passagem em que a narradora relata a proposta de aborto feita por seu próprio namorado:

Estou grávida, eu disse. Então tira, você afirmou, sem pudor algum. Tirar? Não tiro. Como assim não tira? Você acha que terei um filho agora? Acho, não, respondi, você vai. Ah, mas não vou mesmo, você me assegurou. Ah, vai, sim, retruquei, convencida. Veremos, você disse. E não tocamos mais no assunto, cada um seguro de sua certeza. (LEVY, 2013, p.153)

No ensaio intitulado *Violência e sexualidade em romances de autoria feminina*, Eurídice Figueiredo (2019) aponta que as escritoras brasileiras contemporâneas estão ousando

uma abordagem voltada ao debate de temas considerados tabus pela sociedade, tais como a questão do aborto, do incesto e do estupro, dando especial destaque assim ao tema do corpo da mulher, defendendo que:

A mudança de paradigma na nova literatura de autoria feminina no Brasil pode ser notada na predominância de escritoras jovens, nascidas a partir de 1960, a tematizarem o estupro e o estupro incestuoso. Ainda que lidando com o imaginário, as escritoras estão inseridas na sociedade de modo que os temas candentes do momento aparecem, transpostos e reelaborados numa linguagem estética. (FIGUEIREDO, 2019, p.147)

Em diversas passagens de *A chave de casa* a protagonista busca se desprender de situações de opressão, tanto na tentativa de superar seus traumas do passado, quanto na busca pelo enfrentamento das questões do seu presente e cotidiano, que são abordadas principalmente na relação dificultosa com o namorado. Para Pierre Bourdieu (2019), a dominação masculina se naturaliza e se eterniza, não sendo entendida enquanto um trabalho histórico e por isso passível de mudanças, e os mecanismos históricos responsáveis pela eternização das estruturas da divisão sexual acabam sendo perpetrados por instituições interligadas, tais como a família, a igreja e a escola. O autor propõe a necessidade de uma mobilização marcadamente política, que vise repor em marcha a história, possibilitando às mulheres uma ação coletiva de resistência, que atue simbolicamente no intuito de questionar e abalar as instituições que contribuem para a eternização de sua subordinação, entendendo que a violência simbólica a que as mulheres são submetidas ocorre de forma sutil, e quase sempre imperceptível, e com isso na maior parte das vezes as vítimas da violência tendem a reproduzir o ponto de vista de seus dominantes. Desta forma, Bourdieu ressalta a necessidade de uma ação política que combata os efeitos de dominação:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições, nas quais se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua “mão direita”, masculina, e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas), poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 2019, p.189).

Assim, a escrita de Levy opera como forma de denúncia às situações de opressão, e também como uma necessária ação política, aos moldes que propõe Bourdieu (2019), ao problematizar o tema do aborto e destacar a questão da violência contra a mulher. Sabe-se que

no Brasil em muitos casos de feminicídio e violência contra a mulher o agressor é o parceiro da vítima, e essa realidade também é abordada pela autora, que descreve a protagonista vivenciando agressões dentro de sua relação amorosa, em que o namorado impõe suas vontades sobre o corpo da mulher através de violência física e também psicológica:

Quando você aproximou docemente os lábios dos meus ouvidos, sabia que me faria um pedido, por isso me afastei, estava cansada dos seus pedidos. Você disfarçou, fingiu que não tinha percebido meu gesto e tentou se aproximar novamente. Eu disse não, não quero, estou cansada dos seus pedidos. Você me apertou os pulsos, segurando-os com uma única mão. Assustada, gritei: me solta! Você não me soltou. Com a ponta fina de um lápis que encontrou largado ao seu lado me rasgou a pele do braço. Um filete de sangue escorreu, manchando o sofá onde eu estava sentada. Berrei feito louca. Que você era um psicopata, doente mental, que batia em mulher, que eu ia à delegacia, que o odiava, tinha nojo, azia. Quando você me soltou, empurrei seu corpo com toda a força que encontrei e, com o indicador quase a esfregar seu rosto, disse sem pestanejar: da próxima vez arranco seus olhos. Os dois. (LEVY, 2013, p.111)

Ao mesmo tempo em que o relacionamento da narradora serve como pano de fundo para o desenvolvimento de situações em que a mulher sofre constante opressão, a narrativa possui também passagens de forte cunho erótico, em que a protagonista assume sua sexualidade e desejos, descrevendo suas fantasias com homens, mulheres, namorados, desconhecidos, demonstrando assim sua necessidade de afirmação enquanto mulher, com direito a manifestar os seus anseios e desejos. Nas palavras de Figueiredo (2013), o romance de Levy é um dos “mais ousados na atual safra de escritoras brasileiras, tanto pelo nível de exposição de uma história parcialmente verdadeira, como pelas cenas de sexo, uma explosão de sensações muito bem exploradas, e pela recuperação da herança judaica.” (FIGUEIREDO, 2013, p.189). A seguir, uma das passagens em que o erotismo da narradora aflora:

A calcinha abafada, úmida. As pernas se abrindo ligeiramente, o convite já feito. E, como pude confirmar tantas outras vezes, poucas coisas me excitavam tanto quanto seus dedos afastando a parte de baixo da calcinha para um lado só, deixando meu sexo descoberto. Para logo cobri-lo de novo, com seus dedos. Me leva pra a cama, eu disse. Você fingiu não ouvir. Com as duas mãos, levantou minha saia, arrancou minha calcinha e se abaixou aos poucos. Continuei de pé, enquanto você, ajoelhado, implorava não sei o que entre as minhas pernas, numa língua que só vocês dois entendiam, o meu sexo e a sua boca. (LEVY, 2013, p.37)

Para Figueiredo (2019), as escritoras contemporâneas fabulam e se reinventam, através de uma escrita transgressora que ousa tratar do corpo, estando assim inseridas em um momento de superação, quando comparadas à época em que escreveu Woolf. Diferentemente do período vivido por Virginia Woolf, em que as mulheres tinham ainda pouco acesso à escrita, o momento contemporâneo permite às mulheres que escrevam sobre as mais diversificadas temáticas, como o faz Tatiana Salem Levy. Ao abordar temas como violência contra a mulher, gravidez e aborto,

bastante voltados para a questão do corpo e do universo feminino, a autora contribui para a construção de uma tradição literária em que a mulher esta inserida como autora e como personagem, sendo constituída partindo de um ângulo de visão privilegiado pela experiência da vida real, em que as autoras constroem suas histórias e romances partindo de situações que somente por elas podem ser vivenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: possíveis diálogos entre as diversas violências

Ao abordar questões como exílio, tortura e ditadura, a autora promove um debate político em que sua escrita opera em forma de desabafo, ao trazer para o contemporâneo parte da história do Brasil que tende a cair no esquecimento: o período da ditadura militar brasileira. Assim, podemos pensar em uma aproximação entre o silenciamento a que as mulheres foram submetidas ao longo das gerações e o apagamento das atrocidades cometidas durante o regime ditatorial brasileiro, que em *A chave de casa* são abordadas primordialmente através da tematização do exílio forçado à que foi submetida a família da narradora. Ao analisar romances que tematizam o período da ditadura e que foram escritos por autoras mulheres, os pesquisadores Vecchi & Di Eugenio (2020) apontam para a existência de uma dupla cicatriz:

A dupla cicatriz, aquela do Brasil da ditadura e a das vozes femininas nas suas urgências de buscar uma forma de contar a história pessoal e coletiva - respondendo ao problema da escrita que se confronta também com o problema da diferença sexual e a resistência ao esquecimento - é a profunda diretriz desses romances inscritos no sóbrio e difícil período da história brasileira. A dimensão de gênero age possibilitando a constituição e a defesa de uma memória feminina sobre um tempo traumático, uma leitura alternativa da história, uma “outra escrita” e restituição do que foi a época - ainda presente - da ditadura militar. (VECCHI & DI EUGENIO, 2020, p.7).

Com relação ao tema da ditadura, o romance de Levy opera como registro de parte da história do Brasil, que é dessa forma divulgada e retomada no tempo presente com o intuito de lutar contra o esquecimento e o silenciamento que permeia o tema no país, em uma busca constante pelo entendimento do passado no tempo presente, para que o passado não seja esquecido e nos traga ensinamentos na contemporaneidade, e também como forma de manutenção da memória sobre esse importante período histórico. O relato presente em *A chave de casa* demonstra que a ditadura brasileira influenciou e deixou marcas nas gerações descendentes, que buscam a transmissão da memória como forma de tornarem-se partícipes da história, contribuindo assim para a democratização de sua escrita. Ainda segundo Vecchi & Di

Eugenio, as escritoras mulheres articulam de maneira peculiar questões das dimensões pública e privada:

Outro aspecto em que aparecem especificidades da memória feminina é representado por essa busca da forma de comunicação escrita e transmissão da memória. A interseção entre lembranças dolorosas (privadas) e dever da memória (pública), ou seja, essa capacidade feminina de articulação de esfera privada e espaço público de que falamos, é explicitada e comprovada pela mesma reflexão sobre as formas de escritas, pelo afastamento dos depoimentos e pela escolha da literatura. Tanto o desenvolvimento de estudos de gênero sobre o período da ditadura quanto a proliferação de depoimentos e relatos ajudarão muito a reavaliação do papel das mulheres e a transmissão dessa memória, mas a literatura é capaz de ativar outros mecanismos que superam a dimensão individual e biográfica, criando uma relação política e inclusiva com o leitor, construída através do recurso ao imaginário, ao “possível que aconteceu”. (Vecchi & Di Eugenio, 2020, p.8)

Tratar de temas como erotismo, política e violência contra a mulher - sob suas mais variadas formas - conforme visualizamos em *A chave de casa* são uma resposta positiva à indagação de Woolf, que tanto se preocupou com as condições de escrita da mulher, tanto de sua geração quanto das vindouras. Woolf acertou ao projetar um futuro em que as mulheres teriam condições mais adequadas e maiores acessos à educação e aos atos de leitura e escrita, no entanto, na contemporaneidade, ainda são muitos os desafios a serem vencidos pelas mulheres, tanto pelas que escrevem quanto pelas demais. Em uma sociedade em que as mulheres recebem salários inferiores para desempenharem as mesmas funções que os homens, em que as mulheres são frequentemente agredidas dentro de suas próprias casas, os desafios das mulheres que vivem no século XXI continuam sendo problemas de difícil resolução. Mesmo assim, a tarefa segue sendo bastante árdua, e cabe também às artes contribuir para que as mulheres mantenham o que já foi conquistado e sigam trilhando novos caminhos e conquistas, em busca de igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a literatura opera enquanto espaço de democratização de lugares de fala, em que os grupos considerados “minoritários” ganham a oportunidade de se expressar e problematizar questões que são pertinentes ao espaço por eles ocupados. Assim, a referida obra de Tatiana Salem Levy, ao abordar o universo feminino, também atua como ato político ao propor o debate de questões que trafegam entre o político e o social pautando temas relevantes para as mulheres na contemporaneidade, o que é explicitado nas diferentes tentativas da narradora em tentar apagar ou minimizar as marcas deixadas por suas dores, lutos e traumas:

Contei que tinha feito esse percurso para tentar sair do lugar, porque havia muito eu não me levantava da cama, no Brasil. Contei também da morte da minha mãe, da dor, do luto. Disse-lhe que falo com ela ainda hoje. Falo com os mortos, afirmei, com os mortos que me acompanham. E depois contei do amor que me matou: um dia eu ameí

um homem, e esse homem me matou. Conteí da violência, dos rasgos que ele fez na minha carne, e mostrei as marcas, as cicatrizes todas. E disse: se o amor é isso, prefiro não amar. (LEVY, 2008, p.183)

Assim a protagonista narra suas experiências traumáticas, compartilhando suas dores e traumas, bem como as violências a que foi submetida nas diferentes fases da vida, em uma reconstituição memorialística politicamente engajada que opera como forma de resistência ao silenciamento, na medida em que problematiza temas relevantes para as mulheres, abordando assuntos considerados tabus pela sociedade e também destacando a questão do corpo da mulher, além de retomar na contemporaneidade um dos períodos mais violentos da recente história do Brasil, que foi a ditadura militar brasileira, apresentando uma memória feminina sobre um tempo traumático, bem como uma leitura alternativa da história, uma “outra escrita” e restituição do que foi a época - ainda presente - da ditadura militar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução Maria Helena Kühner. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. 1ª ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FIGUEIREDO, Eurídice. Violência e sexualidade em romances de autoria feminina. *Revista Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFF, v.32, jul.-dez., p. 137-149, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/12872> Acesso em: 09nov. 2020

HIRSCH, Marianne. *Family frames: photography, narrative and postmemory*, Cambridge (mass.) e Londres, Harvard University Press, 1997.

KEHL, Maria Rita. A ironia e a dor. In: KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

LEVY, Tatiana Salem. *A chave de casa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.30, n.62, p.721-740, setembro-dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzxvCz9cxfx5Cf5b9NR/abstract/?lang=pt>> Acesso em 02.jun 2021

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VECCHI, Roberto, DI EUGENIO, Alessia. A dupla cicatriz: a ditadura brasileira e a vocalização feminina da memória traumática de Ana Maria Machado. *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n.60, p.1-10, 2020, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/VLVWKmmjvH3Ch7wnPcPQyLJ/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em: 01.ago 2021

VIEL, Ricardo. *Sobre a ficção: Conversas com romancistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução Bia Nunes de Sousa. 1ª ed. 6ª reimp. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Recebido em: 17/06/2022

Aprovado em: 02/12/2022

Publicado em: 28/12/2022



10.29281/r.decifrar.2022.2a_8